

GÊNERO, SEXO E DESEJO: A EDUCAÇÃO INFANTIL COMO ESTRATÉGIA DE CONTROLE DOS CORPOS.

FERNANDA QUERINO PERNICA

RESUMO

Este texto tem como objetivo evidenciar e criticar as práticas e atividades que reiteram discursos heteronormativos na educação infantil, atravessando e capturando os indivíduos na construção de sua identidade, a qual deveria ser autônoma e acontecer com maior liberdade. Há, sem dúvidas, um intenso controle dos corpos em todos os âmbitos de nossa cultura reproduzido por essa educação. É justamente essa violação de direitos e da liberdade individual de desejar que se pretende evidenciar com este texto, pois pessoas são oprimidas, excluídas e sofrem inúmeras injustiças e torturas por não se enquadrarem no “trio alinhado” (sexo/gênero/desejo) considerado ideal e normal pelos porta-vozes autorizados (ciência, religião, política etc.). Para tanto, serão verificados neste texto como surgiram a educação infantil, os estudos sobre a sexualidade humana e a consequente definição do hetero e do homossexual e para sustentarem quais poderes e como isso se reproduz dentro da educação infantil ainda nos dias de hoje.

Palavras-chave: Educação infantil. Controle dos corpos. Heteronormatividade.

INTRODUÇÃO

A educação infantil surgiu com as primeiras creches brasileiras, as quais tiveram a intenção de reduzir a mortalidade infantil, ajudar no cuidado das crianças de mães solteiras, além de possuir cunho moral para educar as crianças e suas famílias. Essas creches foram criadas juntamente com a crescente urbanização, industrialização e o discurso dominante dos médicos-higienistas que, juntamente com pedagogos, psicólogos, juízes e políticos iniciavam uma (re)organização da família brasileira, defendendo a educação infantil como sendo necessária para a formação de futuros cidadãos corretos e disciplinados (CARVALHO, 2005). Esses discursos morais e científicos capturaram de maneira voraz todas as parcelas da sociedade. Essa mudanças ocorrem porque, num certo momento histórico, várias forças e interesses se combinam e possibilitam que alguma ideia seja imposta como verdade. Isso diz respeito às relações de poder que criam certas “verdades” absolutas, sem permitir que outras “verdades” tenham legitimidade. Os discursos jurídicos, religiosos, educativos, psicológicos e científicos, em geral, são produtos dessas relações de poder e ditam as regras que os indivíduos devem seguir para serem considerados bons ou maus, normais ou anormais, incluídos ou excluídos (LOURO, 2009).

Tais discursos, atravessando o âmbito educacional, exerceram seu poder (muitas vezes de forma bastante sutil) sobre os

indivíduos e grupos familiares, controlando seus comportamentos, condutas, ações, desejos e crenças, “normalizando” as condutas das crianças e de suas famílias, utilizando-se de instituições como a escola para repetirem e reafirmarem o poder de seu saber científico, como forma de consolidá-lo. Dessa forma, a educação infantil era também vista como trabalho preventivo para as crianças e suas famílias, pois o pensamento vigente era de que, se ensinassem às crianças e seus pais as questões de higiene, haveria menos mortalidade infantil; o comportamento adequado, haveria menos subversões ao sistema educacional, social, econômico e político, ou seja, haveria um controle total sobre os indivíduos, produzindo adultos adequados à ordem científica e ao que essa ordem determinou como sendo ideal. Stephanou (1996, p.63), citada por Carvalho (2005, p.68) vê as crianças “metaforizadas como cera, argila, enfim, matéria facilmente moldável, terreno fértil para a sementeira de comportamentos higiênicos e consciência sanitária”. As instituições de ensino, neste sentido, surgiram como estratégias para produzir corpos dóceis, reproduzindo técnicas de poder centrada nos corpos dos indivíduos, o que significa uma violação dos corpos para a sua “normalização” e disciplinarização, resultando em “corpos formados, reformados, corrigidos” (CARVALHO, 2005).

E, claro, a sexualidade não escapou a esse controle e a essa disciplina de corpos, mesmo porque é a sexualidade a primeira auxiliadora do indivíduo para definir sua posição no mundo, seu lugar (KUPFER, 1989), pois “ela nos diz algo mais sobre a verdade da nossa cultura” (SOUZA, 1999, p.10). Sendo assim, no século XIX, a definição, explicação e conceituação da sexualidade tiveram atenção especial, tendo em vista a divisão sexual do trabalho e emergência dos protestos feministas, pois, até essa época, o modelo ideal de sexualidade era o masculino, ou seja,

unilateral. Isto é, acreditava-se que as mulheres eram, em sua essência, homens, pois eram os homens considerados perfeitos e as mulheres perigosamente imperfeitas, sendo que seus órgãos masculinos não puderam ser visíveis por conta dessa imperfeição. Uma visão machista de uma sociedade patriarcal, para a qual, segundo um jogo de forças e múltiplos interesses das classes dominantes, era uma verdade poderosa. Mas, esse modelo foi substituído, como podemos ver, pelo modelo binário dos sexos opostos.

Com isso, no fim do século XIX, homens representando a ciência, ou seja, legitimados e com olhares autorizados, difundem “descobertas” feitas por eles sobre a sexualidade humana: qual era o comportamento sexual saudável, apropriado e bom; e qual era o comportamento sexual patológico, inconveniente e mau. E, claro, todos esses conceitos vieram de cabeças de homens, brancos, de classes média e alta das sociedades urbanas ocidentais, hierarquizando os comportamentos sexuais e classificando-os em “normal” e “anormal”. É nesse contexto que surgem os termos homossexual e heterossexual. Sim, pois antes de existir o homossexual, não haveria por que definir quem era o heterossexual. Não significa afirmar que não havia práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo antes disso, mas que ainda não havia definição para elas; e sem essa definição, o sexo entre duas mulheres ou dois homens era considerado um erro ou pecado, nada além disso. Quando esse “erro” ou “pecado” passou a ter nome, esse saber inventado se difundiu na sociedade, nos ensinamentos, nas instituições e práticas e valores das pessoas.

“ é a sexualidade a primeira auxiliadora do indivíduo para definir sua posição no mundo, seu lugar ”

A heterossexualidade só ganha o status de “orientação sexual ideal” que tem hoje por causa da “invenção” da homossexualidade, ou seja, esse comportamento considerado natural do ser humano depende do “anormal” para existir, o que é muito curioso, pois mesmo com tantos movimentos militantes na luta contra a homofobia e estudos que resgatam historicamente a sexualidade humana, o que reina no ideário social ainda hoje é que todo ser humano deve ser heterossexual, ou seja, “normal”. E como levantariam a bandeira desse ideário se o “anormal” não existisse? Para continuar existindo o “normal”, tem de existir o “anormal”. Porém, para prevalecer uma norma, ela deve ser investida contínua e incansavelmente. E, para isso, são tecidas estratégias para que todas as instâncias sociais invistam nessa norma. A educação é uma delas.

Na educação infantil, até os dias atuais, professores, diretores e todos os agentes autorizados a educar uma criança reproduzem o discurso de que os seres humanos nascem como macho ou fêmea, pois o seu órgão sexual seria o definidor de seu gênero, isto é, o modo, já definido pelas normas sociais, de como ser homem ou mulher, e isso seria o responsável por definir o que o ser humano pode desejar como homem e o que pode desejar como mulher, ou seja, acredita-se que gênero/sexo/desejo são interligados intrinsecamente entre si, como um alinhamento “perfeito”, sem rupturas ou fugas. Assim sendo, isso sustenta a heteronormatividade na educação infantil, como em todas as outras instituições: a repetição compulsória dessa norma criada por discursos dominantes (LOURO, 2009).

É necessário elucidar que: [...] desde que nascemos, estamos nos constituindo como sujeitos, com múltiplas identidades (de gênero, de etnia, religiosas, sexuais, etc.), embora muitas vezes estes aspectos sejam ignorados, sendo vistos apenas sob a

perspectiva essencialista (SOUZA, 1999, p. 9).

Este estudo propõe-se a olhar para a criança como um ser dotado de capacidade, produto e produtora da cultura do contexto social em que vive, que carrega e constrói a sua história. O objetivo desse texto é fazer uma análise das práticas heteronormativas na educação infantil e como isso atravessa e captura as crianças em sua construção de identidade, além de fazer uma crítica ao controle dos corpos reproduzida por essa educação. Coloca-se em evidência a opressão, exclusão e os consequentes sofrimentos vividos por aqueles que não se enquadram no “trio ideal” (sexo/gênero/desejo). Essas práticas e reproduções são formas de ver o mundo tão internalizadas pela nossa sociedade, que as injustiças, como as violações dos direitos dos seres humanos, muitas vezes passam despercebidas, fazendo com que o direito de uma pessoa de desejar seja violado e ditado por regras exteriores a ela mesma, e tudo isso se iniciando quando os indivíduos ainda são crianças.

“ as violações dos direitos dos seres humanos, muitas vezes passam despercebidas ”

“BONECA É COISA DE MENINA”. A REPRODUÇÃO DO DISCURSO HETERONORMATIVO E O SEXISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Fulvia Rosemberg (1990, 1994), citada por Souza (1999, p. 6), observa que nos estudos brasileiros sobre educação não existem muitos escritos que analisam e discutem a relação do professor com os alunos tampouco da heteronormatividade e do sexismo encontrados inclusive nos livros didáticos e apostilas.

Marina Subirats (1988, 1995), também citada por Souza (1999, p. 7), afirma que na

educação infantil a criança já começa a introjetar uma certa desvalorização por tudo que é considerado “de menina”, ou seja, feminino. Isso até mesmo no âmbito da linguagem compartilhada entre professores e alunos e entre os alunos, “referindo-se às crianças sempre no masculino, até mesmo à negação sistemática de toda e qualquer conduta que pudesse ser identificada com comportamentos considerados ‘femininos’” (SOUZA 1999, p.7).

Valerie Walkerdine (1989, 1995), também citada por Souza (1999, p.7), observou em uma escola infantil inglesa uma atitude autoritária dos meninos em relação às meninas e um clima de competitividade entre os meninos. Podemos, com isso, inferir que as concepções de gênero são criadas e aprendidas num determinado contexto social e as instituições escolares infantis são determinantes na construção da visão que um indivíduo tem em relação aos papéis de gênero na sociedade, assim como a inferiorização e superiorização deles. Stuart Hall (1997, p.13), citado por Souza (1999, p.8) conclui que tudo isso nada mais é do que uma comprovação de que não nascemos com uma identidade de gênero formada, inata, mas que ela é construída ao longo de nossa vida, de nossas experiências interpessoais e é amplamente atravessada por vários marcadores sociais, como: classe social, raça, etnia, religião etc. Estamos o tempo todo nos construindo, somos seres em constante processo. Por isso, não há como nossas opiniões, ideias, comportamentos e atitudes frente à vida serem padronizados como certo ou errado, ou como natural do ser humano. Isso cabe perfeitamente à identidade de gênero que vamos adquirindo, modelando, encaixando, enfim, construindo ao longo de toda a nossa existência. Não é algo acabado.

Para Guacira Louro (1997), citada por Souza (1999, p.9), “a identidade de gênero liga-se à identificação histórica e social dos sujeitos, que se reconhecem como femininos ou masculinos [...]”. Souza (1999, p.10), cita

um autor que ilustra exatamente a reiteração por parte da escola dos discursos sexistas e heteronormativos:

Meninos de pré-escola que apresentam comportamento feminino, ou que só gostam de brincar com as meninas, devem ser incentivados de maneira gentil mas firme a participar das atividades tipicamente masculinas [...] Os meninos que apresentam traços femininos muito acentuados, além das atitudes tomadas pela escola, devem ser encaminhados para tratamento psicológico (SUPLICY, 1990, p.77).

Ou seja, os educadores parecem ser importantes disciplinadores da sexualidade infantil, como se não bastasse ensinar a ler, escrever e desenhar, ensinam também “os comportamentos que consideram mais apropriados para meninos e meninas” (SOUZA, 1999).

Mas, por que a educação infantil tem, nesse texto, tamanha relevância para a construção da identidade de gênero? Pois é ela, juntamente com a família, a primeira a inserir as crianças na vida social, as quais vão aprendendo e entrando em contato, por meio da escola, com as normas sociais e tendo suas primeiras relações interpessoais, aprendendo a se socializar e a se relacionar com um outro. Porém, essa definição dos “papéis de homem” e “papéis de mulher”, assim como suas conseqüentes discriminações e preconceitos, são criados pela cultura e passados de geração a geração. É como se o mundo adulto com todos os seus estereótipos tentasse contaminar o mundo infantil, que ainda não adquiriu essa visão em relação aos papéis sexuais, utilizando-se, para isso, da educação dos pequenos.

A noção de que as pessoas não nascem com a identidade formada e acabada simplesmente por ser homem ou ser mulher, se mostra na própria brincadeira de crianças bem pequenas. Se lhes disponibilizarem brinquedos, tanto considerados femininos quanto masculinos, a criança,

independentemente de ser menino ou menina, vai se interessar por qualquer um, ou por causa da cor, ou pelo tamanho, ou simplesmente com aquilo que lhes dá mais prazer, mas ainda não tem essa ideia internalizada de que se for menino não poderá pegar uma boneca, por exemplo (FINCO, 2003).

Esse exercício de poder e dominação sobre os corpos não diz respeito a um passado remoto nem somente a nossa sociedade. Já disse Foucault (2004, p. 126), que “em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações” e que é dócil “um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (Ibid, p. 126). Vemos que, ainda hoje, a educação infantil é utilizada como estratégia de controle, poder e disciplina dos corpos, reproduzindo os discursos dominantes, oprimindo e negando as singularidades das pessoas, ou seja, padronizando e ditando seus desejos. Miskolci (2006, p. 682), citado por Gama et al (2009), pontua que os discursos normativos visam “não apenas corpos padronizados, mas também subjetividades controladas” (GAMA et al, 2009, p. 01).

E por que a preocupação com as crianças pequenas?

As crianças, por exemplo, sabe-se muito bem que não têm sexo: boa razão para interditá-lo, razão para proibi-las de falarem dele, razão para fechar os olhos e tapar os ouvidos onde quer que venham a manifestá-lo, razão para impor um silêncio geral e aplicado (FOUCAULT, 1988, p. 10).

Ou seja, por acreditarem que a criança ainda não é um ser sexual – o que a Psicanálise, com Freud, já provou o contrário –, é que se insiste no controle dessa sexualidade sobre a criança, primordialmente. Por isso, é muito comum na escola as crianças serem motivos de preocupação, transtorno e alvos de preconceitos e discriminações, quando não se enquadram na

norma dos papéis sexuais. Isso tudo porque o adulto, o professor desinformado, com escassos conhecimentos sobre a sexualidade humana, não sabem desmembrar a identidade de gênero da identidade sexual, “essas identidades estão inter-relacionadas; nossa linguagem e nossas práticas muito as confundem, tornando difícil pensá-las distintivamente. No entanto elas não são a mesma coisa” (LOURO, 1997, p. 27).

“ a educação infantil é utilizada como estratégia de controle, poder e disciplina dos corpos, reproduzindo os discursos dominantes, oprimindo e negando as singularidades das pessoas, ou seja, padronizando e ditando seus desejos ”

Acontece que, como o sistema educacional, assim como o social, econômico, jurídico e político, é construído e formulado a partir da representação normativa, controladora, estereotipada, disciplinadora e binária dos gêneros, os sujeitos que não se enquadram na norma (pênis/homem/heterossexual ou vagina/mulher/heterossexual) são excluídos desse sistema. Se não são excluídos assim diretamente, são “reformados”, “reeducados”. Muitas vezes, são até mesmo castigados pela própria família ou pela própria instituição educacional. Um dos inúmeros exemplos é o da estudante Arianne Pacheco Rodrigues, 19 anos, expulsa de um colégio interno no interior de Goiás por ter mandado uma carta para sua namorada (G1, O PORTAL DE NOTÍCIAS DA GLOBO, 2012); sem contar a violência sofrida por muitos jovens LGBT, inclusive fatais.

Acreditamos que isso se inicie na mais tenra idade do indivíduo, ou seja, que essa preocupação constante em normalizar os comportamentos e os desejos dos outros (que são tão complexos) e a si mesmo se deva em grande parte à falta de informação e orientação da sociedade, incluindo os professores. A heteronormatividade é, sem

dúvidas, um processo social, construído, reiterado, muitas vezes de forma bastante sutil. A sexualidade é muito complexa para ser simplificada em um binarismo. Por isso, deve-se subverter essa norma, causadora de tantos sofrimentos psíquicos e injustiças. Há pouco tempo, no campo jurídico, fizeram-se reconhecidos esses direitos humanos, com a legalização da união de casais homossexuais. Na escola, na educação infantil, muito pouco se tem feito.

As crianças não podem mais ser: Vistas como corpos femininos ou masculinos, que precisam ser diferenciados, rotulados, classificados. A menina precisa ser comportada, obediente, compreensiva, gostar de cor de rosa e de brincar com a Barbie. Já o menino tem que gostar de jogar bola, de correr, subir, pular, brincar de 'lutinha'. Se ficar muito parado é problema (DRUMOND, 2010, p. 02).

É preciso problematizar e questionar a formação dos professores, criar novas formas e práticas de educação que não infrinjam as leis do desejo de cada um, a sua singularidade e a sua liberdade, respeitando as diferenças, sejam elas raciais, étnicas, cognitivas, sociais, ideológicas ou sexuais, dentre outras. A educação infantil deve possibilitar, desde cedo, relações não sexistas entre meninas e meninos (DRUMOND, 2010). Louro (1999, p.21), citada por Junqueira (2009, p.16) observa que "consentida e ensinada na escola, a homofobia expressa-se pelo desprezo, pelo afastamento, pela imposição do ridículo"

Como forma de combater as transmissões de discursos heteronormativos, em 1988, a monarquia britânica criou o *School Standards and Framework Act*, o qual obriga as escolas a adotar meios que evitem qualquer preconceito ou discriminação entre os alunos. No Brasil, em 2004, o governo federal instituiu o Programa Brasil Sem Homofobia, que tem a função de criar e legitimar políticas integradas para combater a homofobia (JUNQUEIRA, 2009). Na Suécia,

numa pré-escola estadual, chamada *Egalia*, evita-se o uso de designações como "ele" ou "ela". Os alunos se chamam de "amigos" e não há separação entre meninas e meninos nem ao menos no banheiro. O objetivo da postura adotada por essa pré-escola é de que as crianças não sejam forçadas a se enquadrar em "estereótipos de gênero" (ARAGÃO, 2011).

É evidente que, se o alinhamento do trio sexo/gênero/desejo é construído ao longo do tempo, imposto pelos discursos científicos, religiosos, políticos, perpassado por valores vigentes e dominantes, ele pode se desalinhar. E, assim como a escola é representante desses discursos, ela pode ser também subversiva a eles.

CONCLUSÃO

É preciso ir além da função de transmitir, como máquinas, esses discursos. Os professores devem entender a identidade de gênero como passível de transformação e como algo construído e influenciado pelo meio social em que se vive. "Em um mundo marcado pela diversidade, é fundamental não compactuarmos com a ideia de que as diferenças sejam transformadas em desigualdades" (SOUZA, 1999, p. 11). Sendo o educador uma referência fundamental da criança, ele tem o dever de deixar acontecer a identidade sexual de cada uma delas de forma livre e arbitrária, sem se preocupar em delimitar papéis pré-instituídos. Não se deve favorecer nem um modo de desejar nem outro, mas sim ensinar-lhes a serem cidadãos livres, autônomos, plenos de seus direitos, inclusive humanos, merecedores de respeito, pois "a infância é um tempo de viver experiências infinitas" (DRUMOND, 2010), para então irem construindo sua identidade da maneira que desejarem.

O que crianças e adolescentes que não se enquadram no alinhamento do trio sexo/gênero/desejo sofrem nas escolas por conta dos abusos de poder, controle sobre

seus corpos, fixação em um papel social indesejado por eles, é desumano. O preconceito das pessoas, por falta de entendimento do assunto e por necessidade do sistema em se manter no binarismo normal/anormal, atinge essas pessoas de forma bastante opressora.

“ a infância é um tempo de viver experiências infinitas ”

Acreditamos que qualquer forma de preconceito, seja ele um insulto, o desprezo, o desrespeito, a injustiça, a violência verbal e corporal ou a exclusão e tentativas de ajustamento dos corpos não permite a liberdade que deveria ter o ser humano em relação a sua própria vida e suas escolhas, determinando, previamente, quais comportamentos, desejos, atitudes e modos de se viver ele deve ter.

REFERÊNCIAS

- ARAGÃO, Jarbas. **Em pré-escola sueca não existe mais distinção entre meninos e meninas.** Agência Pavanews, 28 de junho de 2011. Disponível em: <http://www.pavablog.com/2011/06/28/em-pre-escola-sueca-nao-existe-mais-distincao-entremeninos-e-meninas/>. Acesso em: 13 jun. 2012.
- CARVALHO, Rodrigo Saballa de. **Educação infantil: práticas escolares e o disciplinamento dos corpos.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- DRUMOND, Viviane. **É de menina ou de menino? Gênero e sexualidade na formação da professora de educação infantil.** In: **Fazendo Gênero 9: Diásporas, diversidades, deslocamentos.** 2010, Florianópolis, Anais eletrônico. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278281542_ARQUIVO_artigo-Viviane.pdf. Acesso em: 14 jun. 2012.
- FINCO, Daniela. **Relações de gênero nas brincadeiras de meninos e meninas na educação infantil.** In: **Pro-posições.** v. 14, n. 3 (42) - set./dez. 2003.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber.** Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.
- GAMA et al. Foucault, o corpo e o poder disciplinar (Foucault, el cuerpo y el poder disciplinario). **Revista Digital.** Buenos Aires, año 14, n. 136 – Sept./ 2009. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd136/foucault-o-corpo-e-o-poder-disciplinar.htm>. Acesso em: 13 jun. 2012.
- G1, O PORTAL DE NOTÍCIAS DA GLOBO. **Aluna expulsa por namorar colega acusa colégio de homofobia, em GO.** Junho de 2012, Goiás. Disponível em: <http://g1.globo.com/goias/noticia/2012/06/aluna-expulsa-por-namorar-colega-acusa-colegio-de-homofobia-em-go.html>. Acesso em: 13 jun. 2012.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Homofobia nas escolas: um problema de todos.** In:_____. **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas.** Brasília: MEC/UNESCO, 2009, 458 p. (Coleção Educação para Todos, vol. 32).
- KUPFER, Maria Cristina Machado. **Freud e a educação. O mestre do impossível.** São Paulo: Scipione, 1989-103 p. il (Pensamento e Ação no Magistério, 14 Mestres da educação).
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva**

pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. Heteronormatividade e homofobia.
In: _____. **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas.** Brasília: MEC/SECAD/UNESCO, 2009, 458 p. (Coleção Educação para Todos, vol. 32).

SOUZA, Jane Felipe de. **Gênero e sexualidade nas pedagogias culturais: implicações para a educação infantil.** Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Setembro de 1999 Disponível em: <<http://www.ced.ufsc.br/~nee0a6/SOUZA.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2012.